



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

| TERMO DE REFERÊNCIA (TOR) | | | |
|--|-----------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. Identificação | | | |
| 1.1 Número e Título do Projeto: | | | |
| Projeto 914BRZ1148 - “Fortalecimento da Capacidade Institucional para o tratamento da Diversidade, Inclusão e Sustentabilidade Socioambiental”. | | | |
| 1.2 Natureza do Serviço | 1.3 Modalidade | 1.4 Nº de vagas | 1.5 Localidade de Trabalho |
| Consultoria | Produto | 1 (uma) | Brasília - DF |
| 1.6 Vinculação no PRODOC | | | |
| Objetivo Imediato: Desenvolver estratégias para ampliar a capacidade institucional da SECADI, visando à qualificação do ciclo de implementação das políticas públicas realizadas por meio do Plano de Ações Articuladas. | | | |
| Resultado 1.2: Conteúdos e instrumentos para a realização de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de cursos de formação inicial e continuada dos profissionais de educação, de educadores populares e de membros da comunidade escolar, envolvidos com o desenvolvimento das políticas que estão sob a responsabilidade da SECADI reformulados. | | | |
| Meta e/ou Atividade 1.2.1: Identificar, sistematizar e analisar demandas de formação tanto inicial quanto continuada de profissionais de educação, educadores populares e membros da comunidade escolar. | | | |
| 1.7. Objetivo da Contratação | | | |
| Contratação de consultoria técnica especializadas para subsidiar a SECADI na avaliação e no fortalecimento das políticas de formação continuada, nas temáticas de direitos humanos e cidadania, do Plano de ações articuladas e da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, tendo em vista a Gestão Nacional dos Cursos de Formação de Professores da SECADI assumida pela Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania - DPEDHUC. | | | |
| 1.8 Unidade Supervisora e Cargo do Supervisor | | | |
| Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – DPEDHUC | | | |
| 1.9 Vigência do Contrato | | 1.10 Valor Total do Contrato | |
| 10 (dez) meses | | R\$ 90.000,00 | |

2. Justificativa

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC implementa políticas de educação ambiental, educação em direitos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

humanos e educação, pobreza e desigualdade social por meio da Diretoria de Políticas de Direitos humanos e Cidadania – DPEDHUC/SECADI/MEC.

As demandas de formação de profissionais da educação básica pública chegam à DPEDHUC por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública - RENAFOR e do Plano de Ações Articuladas – PAR. As políticas em curso tem por objetivo contribuir para o cumprimento das metas de formação dos profissionais da educação básica pública para o período de 2014 a 2024 assumidas com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um instrumento que visa organizar as transferências voluntárias de recursos para a educação básica e a assistência técnica do Ministério da Educação (MEC). Feita a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e realizado o diagnóstico da realidade educacional local, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem elaborar seus respectivos Planos de Ações Articuladas. Estas são as três etapas iniciais que condicionam, a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação, o recebimento da assistência técnica e financeira do MEC para a execução das ações e cumprimento das metas do Compromisso na observância das suas diretrizes. A formação de professores aparece recorrentemente na maioria dos planos apresentados ao MEC - ações que dependem de assistência técnica e da transferência de recursos federais aos estados e municípios. Em 2013 e 2014 as unidades da federação encaminharam 112 solicitações por projetos formativos diversos de assistência financeira. No mesmo período, foram feitas 1.186 solicitações por municípios de todas as regiões do país, apenas para a subação 2.5.3.2, de assistência financeira, que tem por objeto a formação de gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Concomitantemente, o Ministério da Educação financia a oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização nas temáticas dos direitos humanos através da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública – RENAFOR. O planejamento das ações de formação via RENAFOR segue um fluxo próprio: a partir da demanda levantada junto às escolas, fóruns permanentes de apoio à formação docente encaminham ao Ministério da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Educação planos de formação que fundamentam a construção da Lei Orçamentária Anual do ano seguinte; havendo disponibilidade orçamentária, são alocados recursos na matriz orçamentária de instituições federais de ensino superior que se responsabilizarão pela execução dos cursos.

A presente proposta de contratação de consultorias tem por objetivo subsidiar a DPEDHUC na elaboração de documentos de avaliação e no fortalecimento das políticas de formação continuada, nas temáticas de direitos humanos e cidadania, com foco na avaliação de como as atuais políticas de formação subsidiarão a DPEDHUC no cumprimento das metas de formação do PNE.

3. Atividades e Produtos Esperados

Atividades referentes ao Produto 1

- Atividade 1: levantar as demandas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania dos Estados e Municípios via Programa de Ações Articuladas (PAR);
- Atividade 2: Comparar as demandas do PAR com as políticas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania previstas no catálogo de cursos da Renafor.

Produto 1 - Documento técnico contendo estudo comparativo das demandas do PAR, com as políticas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania dos Estados e Municípios, previstas no catálogo de cursos da Renafor.

Atividades referentes ao Produto 2

- Atividade 1: levantar as demandas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania encaminhadas pelas escolas via PDDE-interativo;
- Atividade 2: Comparar as demandas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania do PDDE-interativo com demandas encaminhadas via PAR.

Produto 2 - Documento técnico contendo estudo analítico sobre formação continuada por meio de estudo comparativo entre as demandas de formação das escolas públicas encaminhadas via PDDE-interativo nas temáticas de direitos humanos e cidadania e as demandas de formação encaminhadas via PAR.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Atividades referentes ao Produto 3

- Atividade 1: levantar as demandas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania encaminhadas via Renafor e via PAR;
- Atividade 2: levantar e analisar as metas de formação nas temáticas de direitos humanos e cidadania dos profissionais da educação básica pública no PNE;
- Atividade 3: analisar como as políticas de formação do PAR e Renafor, nas temáticas de direitos humanos e cidadania, auxiliam no cumprimento de metas do PNE;

Produto 3 - Documento técnico contendo estudo analítico sobre metas de formação do Plano Nacional de Educação identificadas por meio de levantamento das demandas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania via Renafor e via PAR e, ainda, análise de como essas políticas auxiliam no cumprimento das metas de formação do PNE.

Atividades referentes ao Produto 4

- Atividade 1: levantar e analisar o atual fluxo e previsão de prazos do Plano de Ações Articuladas.
- Atividade 2: levantar e analisar o atual fluxo e previsão de prazos da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, incluindo proposta de adequação destes fluxos.

Produto 4 - Documento técnico contendo estudo sobre o atual fluxo e previsão de prazos do PAR, bem como da Renafor, incluindo proposta de adequação de fluxos e datas de forma que as duas políticas sejam complementares e não haja sobreposição de ações.

4. Valor Total do Contrato, Prazo e Cronograma de Atividades

4.1. Valor global

R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

4.2. Prazo de execução

Data de Início: Data da assinatura do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Período até: 10 (dez) meses.

4.3. Cronograma de Atividades

O custo total dos serviços de consultoria, para o/a consultor/a contratado/a, foi estimado em R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para um período de até 10 (dez) meses, considerando a formação, tempo e complexidade das atividades a serem desenvolvidas, observando o seguinte cronograma de desembolso:

| Produtos | Prazo de Entrega | Valor em R\$ |
|--|---------------------------------------|---------------------|
| Produto 1 - Documento técnico contendo estudo comparativo das demandas do PAR, com as políticas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania dos Estados e Municípios, previstas no catálogo de cursos da Renafor. | 60 dias após assinatura do Contrato. | R\$ 20.000,00 |
| Produto 2 - Documento técnico contendo estudo analítico sobre formação continuada por meio de estudo comparativo entre as demandas de formação das escolas públicas encaminhadas via PDDE- interativo nas temáticas de direitos humanos e cidadania e as demandas de formação encaminhadas via PAR. | 120 dias após assinatura do Contrato. | R\$ 20.000,00 |
| Produto 3 - Documento técnico contendo estudo analítico sobre metas de formação do Plano Nacional de Educação por meio de levantamento das demandas de formação das temáticas de direitos humanos e cidadania via Renafor e via PAR e, ainda, análise de como essas políticas auxiliam no cumprimento das metas de formação do PNE. | 200 dias após assinatura do Contrato | R\$ 25.000,00 |
| Produto 4 - Documento técnico contendo estudo sobre o atual fluxo e previsão de prazos do PAR, | 300 dias após assinatura do | 25.000,00 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

| | | |
|--|----------|----------------------|
| bem como da Renafor, incluindo proposta de adequação de fluxos e datas de forma que as duas políticas sejam complementares e não haja sobreposição de ações. | Contrato | |
| | | R\$ 90.000,00 |

5. Critérios e forma de apresentação dos trabalhos

Os produtos serão apresentados, em suas versões intermediárias, por meio eletrônico e, nas finais, em formato impresso, tamanho A4, e CD. O produto deverá ser apresentado em 1(uma) via digital e 1(uma) impressa (devidamente encadernado e rubricada todas as folhas).

Os Produtos serão pagos mediante Termo Circunstanciado e Parecer de aprovação, elaborados pela Diretoria demandante do serviço.

6. Perfil do consultor

6.1. Formação:

- Curso de Nível Superior/Graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas ou Humanas, com Diploma reconhecido pelo MEC;

6.2. Exigências específicas – Experiência Profissional:

- Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em análise, avaliação ou monitoramento de projetos educacionais, no âmbito de políticas públicas educacionais ou sociais, municipais, estaduais e/ou federais.

6.3. Desejável:

- Experiência em formação continuada, nas temáticas de direitos humanos e cidadania.

7. Insumos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

As despesas de passagens aéreas e diárias necessárias para o desenvolvimento das atividades previstas neste termo serão custeadas pelo Projeto. Foi previsto para o desenvolvimento desta consultoria até 2 viagens com até 6 diárias.

As despesas relativas aos deslocamentos terrestres serão pagas por meio de reembolso, mediante comprovação do gasto (tickets ou recibo, conforme modelo da SECADI).

8. Número de vagas

1 (uma) vaga

9. Localidade de Trabalho

Brasília - DF

10. Processo Seletivo e Critérios a serem avaliados na entrevista:

10.1. Processo Seletivo

O Processo Seletivo Simplificado - PSS de que trata este Termo de Referência - TOR consistirá de duas fases: 1ª fase - análise curricular; 2ª fase – entrevista.

Todas as entrevistas serão gravadas e anexadas ao Processo. Os candidatos selecionados para a 2ª fase do PSS que não residam em Brasília/DF poderão participar do processo de seleção por meio de entrevista via telefone.

A Comissão de Seleção convocará os selecionados para a entrevista por meio eletrônico estabelecendo prazo de dois dias úteis para confirmar sua participação, sob pena de desclassificação no Processo Seletivo.

No caso de entrevistas realizadas por telefone, a Comissão deverá solicitar ao candidato que a documentação comprobatória da formação acadêmica e experiência profissional (conforme Edital) seja encaminhada por e-mail em data anterior à entrevista. Uma vez selecionado, o candidato deverá encaminhar a documentação mencionada devidamente autenticada em prazo a ser estabelecido pela Comissão de Seleção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

10.2. Critérios a serem avaliados na entrevista

Análise Curricular de caráter eliminatório e classificatório.

Entrevista de caráter classificatório.

O resultado será estabelecido conforme os itens relacionados a seguir, totalizando a pontuação máxima de 100 pontos.

Formação Acadêmica – Máximo de 15 Pontos (Não Cumulativo)

| CARACTERIZAÇÃO (pontuação única – Máxima 15 pontos) | PONTUAÇÃO |
|---|------------------|
| Curso superior na área solicitada no perfil profissional | 10 pontos |
| Especialização na área solicitada no perfil profissional | 12 pontos |
| Mestrado ou Doutorado na área solicitada no perfil profissional | 15 pontos |

Será considerado para registro apenas o curso de maior pontuação

Experiência Profissional - Máxima 35 pontos (Somatório entre a Experiência exigida e a Desejável / Não cumulativo na experiência exigida)

| CARACTERIZAÇÃO | PONTUAÇÃO |
|---|------------------|
| De 2 a 4 anos de experiência na atividade profissional solicitada no termo. | 10 pontos |
| Acima de 4 anos de experiência na atividade profissional solicitada no termo. | 20 pontos |
| ¹ Desejável Experiência em formação continuada, nas temáticas de direitos humanos e cidadania. | 5 pontos |

Entrevista - Máximo 50 pontos (Somatório)

| CARACTERIZAÇÃO (pontuação Acumulativa – Máximo 50 pontos) | PONTUAÇÃO |
|--|------------------|
| O papel da SECADI no contexto da diversidade e inclusão. | Até 15 pontos |
| Plano de Ações Articuladas e sua importância na implementação de Políticas Públicas de Educação. | Até 15 pontos |
| RENAFOR e a política de Formação do MEC em Direitos Humanos e Cidadania. | Até 20 pontos |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Serão exigidos documentos comprobatórios dos itens Formação Acadêmica e Experiência Profissional.